

ACTA DA 20ª REUNIÃO DA CT MEO

14 de Agosto de 2024 @ formato online (Teams)

PRESENCAS

Jorge Pinto, Jaquelina Brito, Vítor Correia, Ana Patrícia, Francisco Gonçalves, Anabela Ramos, Rui Pedro Moreira

AUSENCIAS

Fernando Patrício, Sérgio Pato, Maria José Cardoso, Isabela Mendes

ORDEM DE TRABALHOS

- Votação da ata da 19ª reunião Ordinária
 - Atividades dos elementos da CT entre reuniões ordinárias e em planeamento
 - Discussão sobre o Novo Código de Ética
 - Novo modelo de Carreiras e Acordo Coletivo de Trabalho 2025
-

No dia 14 de Agosto de 2024, pelas 10h40m iniciou-se a vigésima reunião ordinária da Comissão de Trabalhadores da MEO, via Teams.

Feitas as apresentações dos presentes e não havendo manifestação à alteração da Ordem de Trabalhos enviada por email, aquando da convocatória da reunião, avançou-se com a votação da ata, tendo a mesma sido aprovada por 6 votos a favor e 2 pessoas não votaram.

Dando seguimento à ordem de trabalhos avançou-se para o ponto atividades dos elementos da CT entre reuniões onde a Ana Patrícia começa por indicar que, em virtude de ser período de férias, não se verificaram grandes alterações neste último mês não tendo ocorrido respostas às solicitações remetidas à DPE. Ainda assim obteve-se resposta relativo ao pedido de acesso à central de segurança do edifício de Tenente Valadim (a ser detalhado mais adiante). O Jorge Pinto informou que dado o edifício das Picoas encontrar-se em obras foram vários os pedidos efetuados à DPT e RSST em virtude de ocorrências verificadas nomeadamente iluminação caída e entupimentos nas casas de banho.

Foi transmitido ao coletivo que foi rececionado um convite à CT, por parte da Autoeuropa, para dia 17 de setembro, para a comemoração dos 30 anos da Comissão de trabalhadores da Volkswagen. Este convite foi remetido para várias CT's e sindicatos e indica que por cada organização deverá estar presente um máximo de 2 elementos. O coordenador da CT confirmou presença. O Rui Moreira informou que faria mais sentido serem membros da área de Lisboa que deveriam estar presentes, face à localização geográfica destas comemorações, mas que caso mais ninguém pretendesse estar presente que poderiam contar com a sua presença. Face a mais nenhum elemento ter demonstrado interesse em estar presente a Ana Patrícia informou que iria acompanhar o coordenador.

Rui Moreira interveio no sentido de demonstrar a dificuldades nos pedidos de parecer aos sistemas de videovigilância. No que diz respeito ao edifício da Tenente Valadim, onde foram

detetados erros nos ficheiros facultados, existem dúvidas sobre as câmaras (fixas ou móveis) e existem zonas onde se verifica a instalação de câmaras as quais não se tem acesso. Perante estas condições a Sub-CT do Porto Cidade não pode emitir parecer, no máximo poderá emitir um parecer negativo. Aproveitou a informar que em Agosto as reuniões com as Sub-CT's terminaram retomando-se em Setembro. Saliencia que verifica-se que alguns elementos das Sub-CT's não estavam preparados com esta nova forma de trabalhar (no que respeita ao agendamento de reuniões). Reafirma a necessidade de haver uma mudança na forma de trabalhar das subcomissões. Jorge Pinto aproveitou esta intervenção para informar que saíram duas pessoas: Renato Fernandes, da Sub-CT Porto Cidade, e substituído pelo Paulo Pereira e na Sub-CT de Viseu saiu o Paulo Costa sendo substituído pelo João Figueiredo. Estas comunicações já seguiram para a DGERT. Esta entidade indica que deverá existir um documento formal para a desistência de elementos.

Relativamente ao tema dos sistemas de videovigilância, foi solicitado o acesso à central de segurança da Tenente Valadim por forma a verificar-se se as câmaras que estão a ser instaladas, se as mesmas são fixas e não são direcionáveis, que tipo de zoom efetuam, entre outras especificidades as quais poderão comprometer a emissão de pareceres por parte da CT. A resposta da empresa (que passou pela área de Compliance) é que o pedido efetuado excede o âmbito da competência da CT. Ana Patrícia refere que a CT pretende salvaguardar é que as câmaras que estão a ser instaladas, por terem uma rotação de 360°, ao serem instaladas não venham a colidir com a regulamentação em vigor. Em contrapartida é sugerido que se solicite à DPE que identifiquem qual a especificações técnicas das câmaras. Ainda que nenhum membro seja entendido nesta matéria a CT irá responder aos pedidos de parecer com a indicação adequada ao que nos for facultado.

Ana Patrícia solicita ao membro Francisco Gonçalves se tem disponibilidade para efetuar nova deslocação à estação de cabos submarinos de Sesimbra em virtude da CT ter recebido novo pedido de parecer relacionado com a instalação de mais câmaras no Piso 0 destas instalações.

Foi explicado ao coletivo que, face à falta de disponibilidade do membro da Sub-CT da Ilha das Flores a deslocar-se à Ilha do Corvo, existe a alternativa que passa por solicitar ao trabalhador que se encontra nessa ilha a efetuar essa validação e posteriormente ser essa Sub-CT a comunicar à CT qual o parecer que poderá ser emitido. Por fazer sentido iremos comunicar esta deliberação à Sub-CT. Existem outras Sub-CT's que não têm respondido.

Dentro do âmbito das atividades dos membros da CT foi solicitado ao membro Francisco Gonçalves que, perante as eleições ocorridas para a CIL, na qual foi reeleito, esclarecesse o coletivo sobre qual o envolvimento da CT e respetiva representatividade na CIL. Francisco Gonçalves explica que não existe nenhuma representatividade da CT da MEO mas sim que a sua reeleição apenas poderia ocorrer por ser membro de uma Comissão de Trabalhadores, conforme estatutos publicados no BTE. Rui Moreira considera ser um abuso de poder e de desrespeito em relação à comissão de trabalhadores à qual foi eleito. Isto porque considera que a CT deveria ter sido informada de que estaria a concorrer para esta eleição por ser membro da CT da MEO. Rui Moreira considera ser uma ocultação de informação ao coletivo, uma violação dos estatutos da MEO. Considera que deveria renunciar à CIL porque nunca ter informado o coletivo da sua decisão de concorrer e que caso não o faça que seja aplicado o artigo 7º do RFI e dar conhecimento a todas as partes interessadas. Por seu lado, Francisco Gonçalves considera existir uma série de inverdades e de equívocos e que se algum membro tiver dúvidas bastará consultar os estatutos da CIL

e da CT da MEO. Caso continuem a suscitar dúvidas que estará disponível para esclarecer. Considera ainda que cada membro, dentro da sua área de influência, pode fazer parte do que entender (tal como do Bloco de Esquerda) e cada um tem direito a pertencer às organizações que entender. Julga que a comunicação efetuada pela CIL sempre identificou qual a (única) lista que estaria a concorrer bem como o resultado dessas eleições.

Sobre o ponto em relação à **discussão sobre o novo Código de Ética**, verifica-se que a CT foi surpreendida pelo documento e não ouvida previamente. Este comportamento poderá configurar uma violação da lei. Foi esclarecido pelo Francisco Gonçalves que não se recorda de anteriormente ter sido solicitado o parecer da CT aquando da divulgação anterior deste código. A questão em discussão é sobre se a CT deve, ou não, fazer queixa formal sobre este tema. Irá ser solicitada uma reunião à DPE e outra à ACT (caso se venha a justificar) para discutir o documento, nomeadamente o conteúdo de foro disciplinar.

Sobre o **Novo modelo de Carreiras e Acordo Coletivo de Trabalho 2025**, as notícias que existem é que as negociações para o ACT deverão recomeçar, oficialmente, entre Outubro e Novembro. Sobre o Modelo de carreiras, não existe informação da empresa sobre o tema. Segundo o Francisco Gonçalves, e no âmbito das suas funções sindicais sobre as negociações para 2025, informa que ainda não foram agendadas quaisquer reuniões nesse sentido. Apenas se tem conhecimento do que a STPT tem divulgado. É esclarecido que a mesa redonda com os sindicatos ainda não foi formalmente agendada face a estarmos em período de férias mas em Setembro irá ser agendada com os sindicatos e a CT.

A próxima reunião será efetuada em Faro, presencialmente, a 11 de setembro, provavelmente da parte da tarde, por forma a acautelar a presença de todos.

Estando concluída a ordem de trabalhos e não havendo mais nenhum assunto a ser debatido deu-se por terminada a reunião pelas 12h25.